O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL COMO PRODUTO/CONDIÇÃO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Thiago Lucas Alves da Silva[1]

RESUMO

O artigo ora apresentado trata do desenvolvimento desigual (e combinado) como lógica e produto da produção capitalista do espaço. A partir da concepção de produção (capitalista) do espaço e desenvolvimento desigual, buscaremos apresentar do ponto de vista teórico a rica possibilidade interpretativa proporcionada pelas análises que buscam valorizar a dimensão espacial como elemento primordial para o entendimento do atual estágio de desenvolvimento capitalista no mundo e no Brasil. Neste sentido, as contribuições de autores como Neil Smith (1998), Henri Lefebvre (2006) e David Harvey (2006) para a revalorização dos estudos espaciais, será significativa para discutirmos as possibilidades de ampliar esses estudos, contribuindo assim, para fortalecer as análises geográficas. Com isso, este trabalho tem o intento de subsidiar o debate sobre a dinâmica capitalista de produção do espaço, lançando luz, para temas significativos na atualidade, tais como, a lógica de produção, apropriação, conflitos e espoliação do território brasileiro, realizada pelo capital no território brasileiro.

Palavras-chave: Espaço - Produção do Espaço – Capitalismo - Desenvolvimento Desigual – Dimensão Espacial.

ABSTRACT

The present article deals with uneven (and combined) development as the logic and product of capitalist production of space. From the conception of (capitalist) production of space and uneven development, we will seek to present from the theoretical point of view the rich interpretative possibility provided by the analyzes that seek to value the spatial dimension as a primordial element for the understanding of the current stage of capitalist development in the world and in Brazil. In this sense, the contributions of authors such as Neil Smith (1998), Henri Lefebvre (2006) and David Harvey (2006) for the revaluation of space studies, will be significant to discuss the possibilities of expanding these studies, thus contributing to strengthen the analyzes geographical areas. Thus, this work attempts to subsidize the debate on the capitalist dynamics of space production, shedding light on today's significant issues, such as the logic of production, appropriation, conflicts and the spoliation of Brazilian territory, carried out by capital in the Brazilian territory.

Keywords: Space - Space Production - Capitalism - Desigual Development - Space Dimension.

---

[1] Professor de Geografia na Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CIEP 313 – Rubem Braga em Senador Camará-RJ) e na Rede Municipal de Mesquita-RJ (Escola Municipal Vereador Américo dos Santos). Licenciado em Geografia pela UERJ-FFP, Mestrado em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura pela UFRRJ/CPDA e Doutorado em Geografia pela UFF. Contato: thiagogeoffp@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado, que tem por base o capítulo teórico de nossa tese de doutoramento[2], tem por objetivo discutir a lógica de produção do espaço (Harvey, 2006; Lefebvre 2006). Por isso, iremos apresentar considerações sobre os conceitos de desenvolvimento desigual e combinado[3] (Trostky, 1987) e desenvolvimento desigual (Smith, 1988), entendendo estes como elementos analíticos para compreendermos a apropriação, produção e a territorialização do capital no espaço geográfico.

Esses temas serão discutidos e desmembrados a partir de uma proposta de organização relacional e complementar dos tópicos, quais sejam: produção do espaço, lógica capitalista de produção do espaço, desenvolvimento desigual e combinado, e por fim o desenvolvimento desigual.

Segundo Harvey (1992) é necessário, sobretudo para os geógrafos, entender os conceitos de espaço e produção capitalista espaço, já que se trata de categorias centrais para a Geografia. Para Lefebvre (2006) o espaço é socialmente produzido, com isso, Neil Smith sinaliza que o desenvolvimento desigual (e combinado) é o caminho para compreendermos a atual lógica de produção capitalista do espaço. Para dar conta de tamanho desafio teórico, buscamos nos balizar principalmente em trabalhos já consagrados de autores como Neil Smith, David Harvey, entre outros.

Assim, esse artigo pretender estimular o fortalecimento de análises que valorizem a dimensão espacial como elemento central para compreendermos o atual desenvolvimento do capitalismo, sobretudo no território brasileiro.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Como explicitado na introdução, nosso ponto de partida é a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, ou seja, a produção do espaço. Essa escolha se dá por diversos fatores que fazem desse conceito, uma ferramenta analítica privilegiada para entendermos as contradições do capitalismo no Brasil.

---

[2] Tese de doutorado *"Produção do espaço e cultivo comercial de eucalipto no estado do Rio de Janeiro*" defendida no âmbito do programa de pós-graduação em Geografia da UFF. Agradeço as valiosas contribuições do meu orientador Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (UFF) e dos membros da banca: Prof. Dra. Flávia Elaine da Silva Martins (UFF), Prof. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira (UFF), Prof. Dra. Marilda Teles Maracci (UFV) e Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (UERJ), além do Prof. Dr. Marcos Pedlowski (UENF) que contribuiu no seminário de qualificação.

[3] Vale destacar os excelentes trabalhos de autores brasileiros como Francisco de Oliveira e José de Souza Martins que utilizaram a concepção de desenvolvimento desigual (e combinado) e acumulação capitalista para explicar as contradições do "desenvolvimento" brasileiro.

Para iniciarmos tal tarefa, consideramos importante destacarmos aqui, ainda que de forma sucinta, nosso entendimento sobre espaço, conceito central para a Geografia. Concordamos com Lefebvre (2006) ao apontar que o espaço é socialmente produzido e não pode ser concebido apenas como passivo, pois enquanto produto, ele interage ou retroage, intervém na própria produção. Com isso, o espaço é então a expressão de uma dimensão da sociedade em sentido amplo, sendo material e simbólico, sendo condicionante e condicionado pela sociedade. Com isso, entendemos o conceito de espaço como sendo socialmente produzido, dinâmico e reflexo das relações dialéticas e contraditórias da sociedade,

De acordo com Milton Santos (2006), o espaço geográfico é um híbrido indissociável do físico e do mental, uma união de sistemas de objetos e sistemas de ações. Para ele não existem significações independentes de objetos, com isso, os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam configurações territoriais, aonde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço.

Segundo Lefebvre (2006) o espaço e o tempo são relacionais, estão imbricados e são fundamentalmente históricos. O processo de produção de espaços sintetiza e relaciona campos que geralmente são tratados como distintos, quais sejam: o espaço físico, o mental e o social. Portanto, a teoria da produção do espaço nos ajuda a compreender o capitalismo no seu estágio atual como sendo um processo social complexo e multiescalar, que envolve relações de poder, conflitos ideológicos e políticos, além de uma gama de diferentes agentes sociais que (re)produzem o espaço geográfico.

LÓGICA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Nesta seção, iremos nos debruçar sobre a forma\lógica hegemônica de produção do espaço contemporâneo, qual seja: a produção capitalista do espaço (Harvey, 2006; Lefebvre, 2006). Neste sentido, muitos teóricos têm estudado a questão da produção do espaço sob a ótica da Geografia, buscando compreender a organização geográfica e reestruturação do espaço no capitalismo. Esses estudos versam, portanto, sobre o que David Harvey (1992) denominou de Geografia do desenvolvimento do capitalismo.

No processo de acumulação capitalista, em sua reprodução ampliada (Marx, 2013), temos uma dimensão espacial em que novos espaços capitalistas são produzidos (Harvey, 2006, Lefebvre, 2006). E essa expansão espacial é vital para o capital devido sua necessidade de produzir o mais-valor e ter que realizá-lo, como identifica Marx (1981, p.281):

> Não são idênticas as condições da exploração imediata e as da realização dessa exploração. Diferem no tempo e no espaço e ainda na sua natureza, não sendo completamente possível pelos espaços já produzidos.

Isso ocorre, por que a dinâmica de acumulação do capital possui contradições internas que não se resolvem internamente (Harvey, 2006; Luxemburgo, 1984; Marx, 1981). Para resolver as contradições internas que se manifestam, sobretudo nas crises, o capital precisa de novos espaços. Rosa Luxemburgo (1984, p.23-24) nos diz que:

> Em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira ou adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social. A questão dos elementos materiais da acumulação do capital está de encontrar-se resolvida pela forma material da mais-valia de cunho capitalista; (...) Para o emprego produtivo da mais-valia realizada é necessário que o capital disponha cada vez mais do globo terrestre todo a fim de ter uma oferta qualitativa e quantitativa ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção.

O capital precisa de espaços ainda não penetrados por suas relações para conseguir realizar a mais-valia, espaços que ele consegue exercer grande influência nas forças produtivas materiais e humanas a fim de suprir suas demandas de matérias-primas, ampliação do mercado para seus produtos e da força de trabalho.

Com isso, David Harvey (1992; 2006; 2013) trouxe para o debate a integração da produção do espaço e das configurações espaciais, como elemento ativo no cerne da teorização marxista. Nesse sentido, a produção de configurações espaciais deve ser tratada como um momento ativo dentro da dinâmica temporal de acumulação e reprodução social. De acordo com Harvey (2006), a organização espacial não pode ser vista como um mero reflexo do processo de acumulação e reprodução de classe. Ao contrário, o espaço geográfico deve ser socialmente produzido. Essa contribuição foi seguida pela maioria dos geógrafos marxistas, entre os quais Neil Smith (1988), para quem a teoria do desenvolvimento desigual fornece a principal chave para se compreender o que caracteriza a Geografia específica do capitalismo.

Destacamos que dentro do projeto de espacializar o marxismo, Harvey (2004; 2005; 2006; 2016) buscou abordar o problema mediante a análise dos ajustes espaciais e de seu papel nas contradições internas da acumulação do capital. Harvey (2016) buscou entender por que o capitalismo produzia as crises e como esse processo era protelado, e percebeu que a incorporação de novos espaços ao processo de acumulação era uma forma de postergar a crise. A produção desses espaços representava, pois, novas oportunidades para a acumulação do

capital, visto que a abertura de novos espaços significa a descoberta de novas fontes de acumulação.

No entanto, Harvey (2006) ressaltou que, na atual fase do capitalismo, a produção do espaço não tem se realizado somente pela expansão absoluta num dado espaço, mas pela diferenciação interna do espaço global, isto é, por meio da produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo. Assim, Harvey (2006) apontou a expansão geográfica e a reorganização espacial como opções possíveis para o adiamento das crises capitalistas, mas que tampouco podem se divorciar dos ajustes temporais, já que o investimento no espaço se dá ao longo do tempo.

Segundo Harvey (2004; 2005; 2006; 2012), o ajuste espaço-temporal absorveria os excedentes de trabalho e de capital provenientes das crises de sobreacumulação por meio de deslocamentos temporais, mediante investimentos que adiam a futura reentrada de capital em circulação, como investimentos em projetos de capital de longo prazo ou em gastos sociais como educação e pesquisa; deslocamentos espaciais, por meio da construção de novos espaços geográficos com a abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos sociais e de trabalho em outros lugares, além da reorganização dos espaços já existentes.

Para avançar na análise da lógica capitalista de produção do espaço, pesquisadores como David Harvey, Neil Smith e Henri Lefebvre desenvolveram trabalhos tendo como base os pressupostos do marxismo, buscando compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo a partir da dimensão espacial, por meio de teorizações acerca dos desenvolvimentos geográficos desiguais no capitalismo. Essas análises, de forma geral, entendem o desenvolvimento desigual tanto como produto quanto condição geográfica do desenvolvimento capitalista, sendo assim, entendemos que se trata de uma expressão geográfica das contradições do capitalismo, responsável pelas configurações espaciais.

Nesse tipo de abordagem, considera-se que a lógica e as contradições do capitalismo são expressas no espaço geográfico. Dessa forma, o capitalismo se baseia, intrinsecamente, nas desigualdades espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual.

As contradições internas do capitalismo se expressam por meio da formação e reformulação constante das paisagens. Ela é continuamente instável diante de todos os tipos de pressões técnicas e econômicas que sobre ela incidem. As tensões entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento,

dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade se veem apreendidas pela lógica expansionista geral de um sistema que tem como objetivo a acumulação interminável do capital e sua busca eterna por lucros (Harvey, 2006).

Para Neil Smith (1988), o capital realiza a produção do espaço à sua própria imagem e a exploração dessa ideia, levará a uma mais completa integração do espaço e da sociedade a partir do desenvolvimento desigual. Segundo Smith (1988), há uma questão mais profunda em jogo dentro da lógica do desenvolvimento desigual do capitalismo. Não é apenas uma questão do que o capitalismo faz com a Geografia, mas do que a Geografia pode fazer pelo capitalismo. Assim, o espaço geográfico está, mais do que nunca, na pauta econômica e política. Como diria Smith (1988, p.139):

> O desenvolvimento desigual é a manifestação concreta da produção do espaço sob o capitalismo. Dessa forma, o desenvolvimento desigual é, no mínimo, a expressão geográfica das contradições do capital. O padrão que resulta na paisagem é bem conhecido: desenvolvimento de um lado e subdesenvolvimento de outro. Isto ocorre em várias escalas espaciais.

Smith (1988) afirma que a lógica deste desenvolvimento deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação e para a igualização das condições de produção. Essas tendências determinam, pois, a natureza desigual da produção capitalista do espaço. Dessa forma, a sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço homogeneizado e diferenciado. É um espaço produzido para o capital, como ressaltou Neil Smith (1998), pois a fixação geográfica do valor de uso e a fluidez do valor de troca traduzem-se respectivamente nas tendências para a diferenciação e para a igualização. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e valor de troca. Portanto, a imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor.

Para Smith (1988), a tendência à igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas, que é inerente à produção global do espaço relativo, é portanto, mais claramente expressa no mercado mundial e no processo de circulação. Já a tendência à diferenciação própria do capitalismo se dá tanto pelo processo de divisão territorial do trabalho quanto pelo processo espacial de concentração e centralização de capitais. Nesse processo, a diferenciação do espaço vai se expressar na paisagem geográfica do capital em áreas de maior e menor produtividade, na relação capital/trabalho e outras.

Segundo Harvey (2005), o processo intenso de acumulação do capital no espaço é caracterizado pela busca contínua por localizações superiores (isto é, localizações de menor custo), pela criação de novos mercados, pela apropriação de vantagens tecnológicas por meio dos direitos de patentes e de propriedade intelectual e pela centralização do capital (domínio do poder financeiro, economias de escala e posição de mercado). Dessa forma, a própria dinâmica de funcionamento do capitalismo, por meio da acumulação do capital, cria um ambiente competitivo para os territórios.

Assim, a busca por localizações superiores, por inovações tecnológicas e pelo domínio do poder financeiro constitui um diferencial competitivo (vantagem competitiva) para os capitalistas que se apropriam dessas vantagens, pois eles estarão adiando possíveis crises de sobreacumulação, tornando-se mais adaptativos e flexíveis a elas. Entretanto, esses tipos de vantagens, que conferem certos poderes monopolistas a quem as detêm, criam uma concorrência territorial acirrada. Essa concorrência estimula ainda mais a criação e produção de localizações superiores, a apropriação de inovações tecnológicas protegidas por direitos de propriedade ou por segredos, a criação de inovações organizacionais que assegurem uma maior capacidade de apropriação do excedente, a centralização de capitais, a redução do entrave da distância (redução de barreiras espaciais), a aceleração temporal de processos naturais espacializados.

Enfim, a concorrência territorial, segundo Harvey (1992), estimula o processo de compressão espaço-tempo e, com ele, os riscos e a vulnerabilidade associada aos territórios. Essa vulnerabilidade, por sua vez, se dá na medida em que o comportamento competitivo entre os territórios gera um estado de contínuo movimento e de instabilidade crônica na distribuição espacial de atividades capitalistas e nos processos de acumulação de capital, já que estes devem ser cada vez mais acelerados.

Portanto, a busca incessante por estender o poder capitalista para os espaços, setores e domínios nos quais os excedentes (ou as condições naturais favoráveis para a produção de excedentes) ainda não foram incorporados à circulação do capital faz com que a criação de instabilidade também seja gerada pelos conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas (Harvey, 2006), ou seja, a busca pelo aumento da competitividade nos espaços traz mudanças de escalas, que não podem ser desconsideradas. A vulnerabilidade é, nesse caso, gerada pelas rápidas e contínuas mudanças às quais o espaço deverá se (re)adaptar.

Vale ressaltar que essa vulnerabilidade nos territórios sinalizada por Harvey (2006) é produto da ação do homem na natureza e no ambiente institucional. Assim, o processo de

acumulação do capital vem causando diversos tipos de impactos na dinâmica socioambiental por haver uma relação de causalidade entre as práticas sociais e a natureza.

Podemos compreender de acordo com o que foi exposto acima, em consonância com os argumentos de Harvey (2006), que o capitalismo tem modificado seus comportamentos, sobretudo, por meio de seus encontros com os limites e restrições ambientais. Novos arranjos institucionais estão constantemente sendo constituídos em resposta às circunstâncias da inserção material da circulação do capital dentro da dinâmica socioambiental dos territórios.

Dessa forma, a acumulação do capital tem que se adaptar e, em algumas circunstâncias, ser transformada pelas condições materiais, isto é, a estratégia de desenvolvimento dos espaços deve considerar as vulnerabilidades, conflitos e resistências geradas pelo processo de expansão do capital, de forma a dar continuidade ao próprio processo de crescimento. Com isso, capacidade de adaptação às vulnerabilidades regionais é um fator crucial do processo de desenvolvimento capitalista.

Neste sentido, buscaremos nos próximos item apresentar de forma sucinta os elementos do desenvolvimento desigual (e combinado) para subsidiar o entendimento sobre a lógica (capitalista) de produção do espaço geográfico no atual capitalismo globalizado.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

A descoberta e formulação da lei do desenvolvimento desigual e combinado é o resultado de séculos de investigações teóricas sobre as diferentes formas de desenvolvimento social ocorrida ao longo da história da humanidade. De acordo com Novack (1988) essa seria uma das leis[4] fundamentais da história humana e teria raízes em acontecimentos comuns a todos os processos de crescimento, tanto na natureza como na sociedade.

As primeiras observações sobre o desenvolvimento desigual foram feitas pelos filósofos e historiadores gregos, mas foi levada a primeiro plano e efetivamente aplicada, pela primeira vez pelos fundadores do materialismo histórico (Marx e Engels), que por sua vez, extraíram a essência para suas preposições da filosofia dialética de Hegel que utilizou o desenvolvimento desigual e combinado em suas obras sobre a história universal e a história da filosofia, porém, assim como Marx e Engels, sem lhe dar um nome especial nem reconhecimento explícito (Novack, 1988).

[4] Cabe destacar aqui, o nosso entendimento da noção de leis gerais no âmbito das Ciências Sociais. Apesar do uso do termo, não trabalharemos como sendo um conceito absoluto, ou seja, buscaremos relativizar, pois os fenômenos sociais (a realidade) são cada vez mais complexos e multiescalares, não podendo ser enquadrados de uma forma geral.

Para Lowy (1998) trata-se de uma das teses marxistas mais amplamente assimiladas e consistentes, muito embora sua formulação explícita tenha sido tardia, porém é uma das maiores contribuições do marxismo à compreensão científica da história mundial. Dessa forma muitos pensadores marxistas utilizaram o desenvolvimento desigual e combinado em seus estudos e aplicaram-na mais ou menos conscientemente, para a solução de complexos problemas histórico-sociais e políticos. Segundo Novack (1988), destacados teóricos do marxismo, tais como Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lênin e Trostky, reconheceram a sua importância, observaram seu funcionamento, suas consequências e usaram-na para a solução de problemas que confundiam a outras escolas de pensamento.

Novack (1988) destaca que o desenvolvimento desigual e combinado é um instrumental científico da mais ampla aplicação no processo histórico, tendo sido fruto da fusão de dois outros instrumentais que estavam intimamente relacionadas, qual seja: o desenvolvimento desigual e o desenvolvimento combinado. O primeiro instrumental se referia às distintas proporções no crescimento da vida social. Já o segundo, à correlação concreta desses fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico.

Para Novack (1988) o fato mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção, isso seria um aspecto fundamental da lei de desenvolvimento desigual e combinado. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, sociedades, aos diferentes ramos da economia, as diferentes classes e instituições sociais, representando assim, a essência do desenvolvimento desigual e combinado.

Foi Léon Trotsky que apesar de ter ganhado notoriedade como teórico, pela formulação da *Revolução Permanente*, que expôs pela primeira vez uma formulação explícita do desenvolvimento desigual e combinado como explicitado acima no movimento marxista, através da sua análise sobre a *Revolução Russa* (1978). Ao agregar em seus estudos a dimensão econômica e política de sua época, Trotsky conseguiu dar corpo analítico e empírico conceito de desenvolvimento desigual e combinado.

A teoria proposta por Trotsky (1978) trouxe grande avanço para explicações não evolucionistas, não lineares e não eurocêntricas acerca do desenvolvimento, colaborando decisivamente para a explicação dos problemas relativos ao desenvolvimento nos países periféricos de modo concreto. A teoria de Trotsky avançou na medida em que ofereceu a

possibilidade de entender mudanças mais amplas, como um capitalismo periférico repleto de contradições econômicas e sociais, inserido em um sistema capitalista mundial (Lowy, 1995).

Para Trotsky (1978) o fator que alimentava o desenvolvimento desigual era justamente a tentativa dos países denominados como subdesenvolvidos alcançarem os níveis de desenvolvimento dos países ditos desenvolvidos. Ao copiar o modelo dos países desenvolvidos, muitos processos e etapas do desenvolvimento, próprias dos diferentes processos históricos e espaciais, eram negligenciadas, essa irregularidade de desenvolvimento entre diferentes espaços grosso modo, formava a base do desenvolvimento desigual e combinado.

Exposto, ainda que de forma sucinta, consideramos importante revisitar um pouco do histórico sobre a (re)formulação do desenvolvimento desigual e combinado, pois esse instrumental vai influenciar de forma significativa muitos autores na tentativa a partir sobretudo da década de 1980 de construir e avançar nas análises sobre a produção do espaço e o desenvolvimento do capitalismo mundial e brasileiro.

Com isso, buscaremos agora utilizar em especial os trabalhos que buscam compreender o desenvolvimento do capitalismo à luz da dimensão espacial, como base na atual lógica de desenvolvimento desigual (e combinado) do capitalismo e seu impacto na produção do espaço.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Foi o geógrafo anarquista Élisée Reclus quem tomou a categoria desenvolvimento desigual como um dos fundamentos da Geografia. De acordo com Reclus (1985) a primeira categoria de acontecimentos que o historiador constata, nos mostra como, pelo efeito de um desigual desenvolvimento nos indivíduos e nas sociedades, todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permaneceram no naturismo primitivo, se desdobram, por assim dizer, em classes ou em castas, não apenas diferentes, mas opostas em interesses e em tendências, até mesmo francamente inimigas em todos os períodos de crise.

Porém, foi Neil Smith (1988) que deu uma significativa contribuição ao debate sobre o desenvolvimento desigual quando escreveu o livro *"Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço"*, pois refletiu sobre a relação entre a produção do espaço e o desenvolvimento desigual sob a ótica do materialismo histórico e dialético.

De modo geral, dois são os argumentos que sustentam a referida obra de Neil Smith (1988); o primeiro argumento afirma que o homem produz a natureza, para além da produção do próprio espaço. Para tal assertiva ser possível, o autor tenta demonstrar que a realidade, do ponto de vista do materialismo é produzida pelo homem, sendo assim, o Neil Smith faz equivalerem Natureza e Realidade.

O segundo argumento propõe que o sistema capitalista produz o espaço de maneira desigual. Essa maneira desigual se dá por meio do vaivém do capital que gera a escassez, pobreza e subdesenvolvimento em certos espaços e uma opulência, concentração e desenvolvimento em outros, sendo que essa mobilidade necessária entre diferentes espaços geográficos é viabilizada pela transformação do capital constante em variável e vice-versa.

Neil Smith (1988) procurou demonstrar o caráter geográfico do desenvolvimento desigual, partindo de uma análise marxista que atrela o conceito filosófico de produção do espaço ao mecanismo analítico-geográfico das escalas com o intuito de espacializar a economia política capitalista, constatando uma dialética entre diferenciação e equalização geográficas.

A intenção de Neil Smith foi justamente mostrar que o desenvolvimento desigual é marcadamente geográfico na exata medida em que tende para a diferença (a incorporação da base natural ao processo de produção capitalista, a divisão territorial do trabalho) e para a igualização. Assim, concordando com Leon Trotsky (1978), Neil Smith (1988, p.151) escreve:

> Não é, como sugere Ernest Mandel, o "sistema do mundo capitalista" que está em *função* da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado; antes é o desenvolvimento desigual e combinado que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo.

Isso significa então que a universalização do capitalismo incorpora para si as diferenças geográficas e as toma como premissas para seu desenvolvimento. Se o desenvolvimento desigual atravessa a história, ele constitui uma geografia própria sob o capitalismo. Essa geografia do capitalismo se assenta em uma base natural que confere, juntamente com a divisão territorial do trabalho, a tendência para a diferenciação.

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho.

> [...] Sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes qualidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar embora não em outro. Além disso, a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para que os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Assim, o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não pode ser extraído de camadas geológicas que não o contenham. Esta é a base natural para produção excedente (SMITH, 1988, p.152).

O caráter geográfico repousa no entendimento de como o trabalho permite o

desenvolvimento das forças produtivas e consequentemente uma apropriação (produção) maior da terra e da natureza. Desse modo o processo de trabalho permite que os homens numa relação dialética se apropriem dos elementos naturais e objetivam os mesmos (transformação em objetos), humanizando a natureza e a si próprios.

De acordo com Smith (1988) o território é nesse caso o âmbito da objetivação humana mediada pela relação de trabalho. A divisão do trabalho é marcadamente territorial (expressão espacial do metabolismo homem-natureza, homem-sociedade, homem-história) e incorpora a base natural da diferenciação no processo produtivo. Assim a fabricação de novos objetos produzidos pelo homem o leva a novas situações objetivas que requerem, assim, forças produtivas capazes de modificar a realidade existente. O território, assim, é o espaço usado pelos homens que incorporam a natureza ao processo de fabricação de meios de produção e subsistência.

Por isso, Neil Smith (1988, p.152-153) mostra que:

> Numa economia mais desenvolvida, a apropriação das vantagens naturais deixa de ser acidental. Com efeito, as diferenças naturais são internalizadas como a base para uma diferenciação social sistemática do processo de trabalho.

Em verdade, não podemos negligenciar o papel da natureza no fornecimento de matérias primas que se potencializam e se efetivam em objetos úteis à vida humana. São muitos os exemplos da relação entre camponeses e a utilização de elementos da natureza, dentre eles a madeira, com as quais edificam suas casas.

Neil Smith (1988) aponta que a fonte de explicação não está na natureza em si, ou seja, a natureza sendo entendida como condição única do desenvolvimento das forças produtivas. Mas sim no trabalho humano, na atividade de reprodução material, em primeira instância, da sociedade (economia *lato sensu*). Com isso, aponta que a busca de explicações do desenvolvimento tomando como base única a natureza, foi uma visão que figurou na Geografia Comercial durante muito tempo, espraiando-se para Geografia Regional, Agrícola e Política.

> [...] A "Geografia Comercial" descreveu a variedade de produtos provenientes das diferentes nações e regiões do mundo e tentou explicar os diferentes padrões de produção agrícola e industrial com base nas diferentes dádivas da natureza. [...] As concentrações urbanas e regionais de capital industrial eram explicadas como resultado da proximidade de matérias-primas específicas de estradas e caminhos naturais e de coisas semelhantes, ao passo que as concentrações de capital agrícola resultavam do caráter particular do solo, do clima e da fisiografia (1988, p.154).

Trata-se de uma positivação uma vez que transforma a Geografia em uma legisladora da atividade humana, em outras palavras, não explica a produção social das riquezas, mas se preocupa com a localização das vantagens naturais. O problema dessa análise é universalizar o ponto de partida, ou seja, a natureza é, indubitavelmente, uma condição objetiva de desenvolvimento humano, mas o desenvolvimento humano não é redutível à natureza.

> Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. [...] O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas (1988, p.157).

Devido ao desenvolvimento de novas tecnologias, o homem consegue se afastar das limitações naturais e ter uma maior autonomia sobre os processos produtivos e de circulação das mercadorias. Tal fato pode ser bem exemplificado pelo processo de apropriação e produção do espaço brasileiro a partir das transnacionais do setor de papel e celulose, pois estas empresas têm buscando superar as limitações naturais (solos não adaptados ao cultivo do eucalipto) e as barreiras espaciais (distância dos mercados consumidores) através da incorporação de pesquisas biotecnológicas visando à seleção de mudas clonais adaptadas às condições de clima e solo e a implantação de uma série de objetos técnicos que permitam superar as barreiras espaciais: rodovias, ferrovias e portos.

> A acumulação de capital avança não simplesmente através do desenvolvimento da divisão do trabalho mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital (SMITH, 1988, p.174).

Concordamos com Neil Smith (1998) quando aponta que o campo vem sofrendo um intenso processo de industrialização e de subordinação aos interesses urbano-industriais, no entanto, a proposição do autor não se justifica totalmente, pois nos dias atuais ao abordamos o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, veremos que esse espaço tem se caracterizado de maneira contraditória (desigual e combinada) posto que tem propriamente articulado relações não capitalistas, como o campesinato, e relações propriamente capitalistas, caso do trabalho assalariado.

O desenvolvimento do capitalismo está assentado sob a base natural da diferenciação e a divisão territorial do trabalho. Estas duas características conformam a tendência para diferenciação. Vinculada à diferenciação está à tendência para igualização: a elevação ao plano

do capital de todas as relações não capitalistas, a industrialização da agricultura e a superação da dicotomia cidade-campo (no âmbito formal). Todavia, mais dois aspectos compõe a dialética entre diferenciação e igualização: a concentração socioespacial/centralização do capital e o ritmo da acumulação. Como explica o autor:

> Em primeiro lugar, devemos distinguir entre a concentração social e espacial e a centralização do capital. Quando Marx fala a esse respeito, geralmente quer dizer sobre o processo *social*, segundo o qual as unidades individuais de capital vêm a controlar quantidades cada vez maiores de capital. A concentração espacial e o processo de centralização referem-se à localização física do capital e é desse modo, diferente da concentração e centralização sociais (SMITH, 1988, p.176).

Para nós está claro que estes dois processos escalares não podem ser pensados separadamente. Se tomarmos como exemplo as grandes corporações transnacionais do setor celulósico-papeleiro, veremos que essas empresas podem muito bem, se forem considerarmos na escala do capital individual, concentrar capital e centralizar-se em determinados lugares (como fizeram no passado na região sudeste e hoje estão fazendo em estados como o Mato Grosso do Sul, Piauí e o Maranhão com a instalação de novas fábricas).

De acordo com Smith (1988) este investimento de capital no ambiente construído está em sincronia com o ritmo cíclico mais geral de acumulação do capital. Com isso, o ritmo da acumulação está profundamente ligado ao investimento no ambiente construído, por causa do período prolongado durante o qual o corpo material do capital fixo está fossilizado na paisagem. A fossilização na paisagem é a marca geográfica da sucessão de tempos históricos regulares que dão forma a uma geografia específica de acumulação do capital. Nas palavras de Neil Smith (1988, p.183):

> O ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital. O ritmo, portanto, está no plano da temporalidade, da intensidade na qual a produção econômica inscreve-se na materialidade espacial (os objetos técnicos) ao longo do tempo.

Não obstante, o ritmo da acumulação traz, contraditoriamente, os períodos de crise. O desenvolvimento das forças produtivas traz consigo o germe da crise (superprodução, capital produtivo estagnado, queda de preços e redução da demanda, etc.). Fusões, aquisições e o investimento em capital fixo ao mesmo tempo em que são frutos do desenvolvimento do

capitalismo e estratégias alternativas à crise, irão compor a Geografia do desenvolvimento capitalista que se inaugura posteriormente.

Ressalta-se o papel das escalas espaciais como conceito-chave de compreensão do desenvolvimento desigual. E aqui justamente reside a maior contribuição de Neil Smith (1988) para a teoria do desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2004; 2005; 2006): a dialética da diferenciação-igualização é apreendida pelas escalas espaciais produzidas pelo capital.

> O capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. À medida em que a paisagem fica sob o domínio do capital [...], estes padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais. [...] Da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absolutos como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital. Como um meio de organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital, tais espaços absolutos são fixos no fluxo mais amplo do espaço relativo e se tornam o fundamento geográfico para a circulação e expansão globais do valor. [...] O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital (1988, p.196-197).

Para Smith (1988) as três escalas espaciais do capital são: urbana, nação-estado e global. A escala urbana é a expressão necessária da centralização do capital produtivo. Ela está vinculada ao deslocamento diário para o trabalho e ao mercado de trabalho local.

A segunda escala do capital analisada por Neil Smith (1988) é a escala global. O capitalismo define a escala geográfica global precisamente à sua própria imagem, apesar das forças e dos processos econômicos que ajudam a constituí-lo, a definição da escala global é quintessencialmente política; é o produto das relações de classe do capitalismo. Por essa leitura Smith (1988, p. 201) chama atenção para o ajuste espacial presente no colonialismo, que:

> [...] funcionou como um tipo de ajuste espacial "externo", embora transitório, mas da mesma forma que a integração espacial na escala global se tornava real e não simplesmente formal, o espaço geográfico negava sua exterioridade.

O conceito de ajuste espacial, que Neil Smith (1988) introduz para explicar o colonialismo, foi, na verdade, primeiramente trabalhado por David Harvey. Para Harvey (2004; 2005; 2006; 2013), o ajuste espacial é um mecanismo econômico-político do capitalismo

caracterizado pela exportação de excedentes de capital e de força de trabalho de um determinado espaço para outro que irá absorvê-los lucrativamente por meio do capital fixo incorporado a terra ou pela expansão geográfica. Eis mais uma contradição no modo capitalista de produção, para superar as barreiras espaciais e continuar o seu caminho de acumulação, ele deve produzir espaços.

Tal fato pode ser exemplificado a partir do processo de ajuste espacial empreendido pelas empresas transnacionais do setor celulose-papeleiro, que tem exportado seus excedentes de capital para *novos espaços*, como o Mato do Grosso, Piauí e o Maranhão, transformando-os em espaços de acumulação ao mesmo tempo em que produzem espaços (plantas industriais, plantios florestais, portos, etc.). Cabe ressaltar que o ajuste espacial é uma solução temporária para crise, porque, como sabemos, o capitalismo não supera suas crises, apenas contorna.

Chegamos, finalmente à terceira escala espacial do capital: A escala da nação-Estado (Smith, 1988). Se a escala urbana e a global representam, respectivamente, a perfeita expressão geográfica das tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização, a escala da nação-Estado é um produto menos direto dessa contradição. O impulso para produção dessa escala vem da circulação de capital, mais especificamente das injunções da competição entre diferentes capitais no mercado mundial.

A escala da nação-estado realiza uma espécie de mediação entre a escala urbana (que tende para diferenciação) e a escala global (que tende para a igualização). Nessa mediação, as Nações-Estado levantam-se sobre o território nacional controlando o espaço político subjacente. Por outro lado, sendo o Estado o comitê político da burguesia, um Estado de classe, ele se desenvolve para defender o capital militarmente, onde seja necessário. Além disso, o capital deve defender a si próprio contra a classe trabalhadora, de quem há sempre uma permanente ameaça de revolta (Smith, 1998).

Está claro o nexo Estado-Capital que Smith (1988) quer demonstrar. A escala da nação-Estado não é só um produto do capital, mas também tem sua gênese nas cidades, estados, reinos, entre outros, que foram transformados pela evolução do capitalismo em um poderoso agente territorial político-econômico. Apesar disso, não se formou um Estado Internacional; o que ocorreu, todavia, foi à constituição de instituições internacionais com caráter de Estado ao mesmo tempo em que são supra estatais, tais como, o FMI, o Banco Mundial e Organização das Nações Unidas (ONU).

Por isso tudo, as três escalas aludidas por Neil Smith (1988) estão em permanente tensão dialética a cada movimento do capital (o ir e vir incessante de excedentes). Centraliza-se em um lugar, descentraliza-se em outro. Na época do Imperialismo, tão bem retratado por Lênin

(1987), foi as colônias o espaço privilegiado de absorção de excedentes de capital; no novo imperialismo, a China tem sido o espaço por excelência da expansão do capitalismo após a queda Muro de Berlim, desenvolvimento e subdesenvolvimento caminham lado a lado em virtude do movimento do capital em busca de lucratividade.

Nesta perspectiva, temos observado as metamorfoses do capital, se ocorre uma crise imobiliária nos Estados Unidos, então que se exportem capitais excedentes para o Brasil ou para outro país periférico. Se existe dificuldades em adquirir terras, explorar a mão-de-obra ou mudar marcos regulatórios ambientais em São Paulo, Minas Gerais ou Espírito Santo, o capital celulósico-papeleiro, por exemplo, vai obtê-los em novos espaços como Mato Grosso ou Maranhão. O movimento incessante do capital produz espaços de acumulação cada vez mais globalizados e integrados à dinâmica regional, nacional e mundial. Trata-se de uma permanente busca de superação das crises (excedentes de capital e força de trabalho) que se tornam cada vez mais globais.

Portanto, a teoria do desenvolvimento desigual é de fundamental importância para a compreensão da fase neoliberal vivida pelo capitalismo e sua repercussão no espaço geográfico, como bem sinalizaram Neil Smith (1988) é também para David Harvey (2004; 2005; 2006). Essa importância do desenvolvimento desigual se dá não só porque ela nos revela as espacializações do capital nas mais diferentes escalas (global, nacional, regional, urbana, rural, etc.), mas porque permite também compreender as diversas lutas de classes nessas mesmas escalas. Se o capital se globaliza, a luta de classes se globaliza, mesmo que não seja na mesma intensidade de poder. Por isso, defendemos aqui no decorrer do artigo, o amplo escopo interpretativo proporcionado pela teoria do desenvolvimento desigual, sobretudo para os pesquisadores que buscam construir uma suas análises tendo como base a dimensão espacial da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que a breve interpretação exposta aqui teve como intuito central apresentar e promover o debate sobre o desenvolvimento desigual como lógica e produto do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, buscamos evidenciar o desenvolvimento desigual como um instrumento analítico rico para compreendermos a dimensão espacial da sociedade e as contradições do capitalismo neoliberal em curso.

Com isso, corroboramos com Neil Smith (1988) ao apontar que ao compreendermos a lógica do desenvolvimento desigual (e combinado), ampliaremos a possibilidade de compreender o espaço geográfico como socialmente produzido, diminuindo assim, o enorme

dissenso entre os filósofos (incluindo aí, os geógrafos) sobre os conceitos de espaço e produção do espaço, como bem alertou David Harvey (2006).

Acreditamos com isso, que o cabedal teórico apresentado nesse artigo, possa permitir e estimular interpretações sobre diferentes fenômenos sociais em curso no território brasileiro, seja no campo ou na cidade, em diferentes escalas geográficas de ação e de disputa de poder, envolvendo diferentes atores sociais na produção do espaço.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** (Título original: *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*) Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 1992.

_____. **Espaços de Esperança**. (Título original: *Spaces of Hope*) Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: edições Loyola, 2004.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2. ed., 2005.

_____. **O Neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005ª.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2d., 2006.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** (Título original: *The enigma of capital: and the crises of capitalism*). Tradução: João Alexandre Peschanski, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital** (Título original: *The Limits to Capital*. Chicago) Tradução Magda Lopes, São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para entender O capital: Livro I.** (Título original: *A Companion to Marx's Capital, Volume I*). Tradução: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Tradução de Henrique Carneiro. Actuel Marx, 18, 1995. p.73-80.

LUXEMBURGO, ROSA. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco, 1988.

RECLUS, Élisée. **A natureza da Geografia.** In. ANDRADE, Manuel Correia de (org.). Élisée Reclus. Traducao Maria Cecília França, Januário Francisco Megale e B.F. Ramiz Galvão. São Paulo: Editora Ática, 1985.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.